

Educação patrimonial: o que é isso, professora?

Heritage education: what is it, professor?

Educación patrimonial: ¿qué es esto, profesora?

Renata Cardoso Belleboni-Rodrigues¹

Resumo: Este relato é resultado de reflexões perpetradas por meio da experiência em ministrar a disciplina Patrimônio Cultural: Técnicas de Arquivo e Introdução à Museologia aos discentes do curso de História do Centro Universitário Claretiano na modalidade a distância. O objetivo deste trabalho é apresentar ao leitor algumas considerações acerca do desconhecimento de uma parte do alunado sobre o que é educação patrimonial e evidenciar que, ao finalizar os estudos e a compreensão do conteúdo trabalhado na disciplina descrita, esse mesmo público tem suas primeiras percepções e experiências modificadas.

Palavras-chave: educação patrimonial; patrimônio; ensino.

Abstract: The present article is the result of reflections carried out from the experience in teaching the discipline Cultural Heritage: File Techniques and Introduction to Museology to students of the course of History in the Claretiano University Center, in the distance learning mode. The goal is to provide the reader with some considerations about the ignorance of a part of the students about what heritage education is

¹ Doutora em História Cultural pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professora e coordenadora do curso de História da Faculdade de Ciências e Letras de Bragança Paulista. Professora no curso de História do Centro Universitário Claretiano (Ceucar).

and highlight that, at the end of the studies and the understanding of the content worked in the discipline described, this same audience has his first experiences and perceptions changed.

Keywords: heritage education; heritage; teaching.

Resumen: Este artículo es el resultado de reflexiones al respecto de la experiencia en la enseñanza de la disciplina "Patrimonio Cultural: Técnicas de Archivo e Introducción a la Museología" a estudiantes del curso de Historia en el Centro Universitario Claretiano, en la modalidad de enseñanza en distancia. El objetivo de este trabajo es presentar al lector algunas consideraciones sobre la ignorancia de algunos de los estudiantes sobre lo que es educación patrimonial y destacar que, al final del estudio y con la comprensión del contenido trabajado en la disciplina descrita, este mismo público tiene cambiadas sus primeras percepciones y experiencias.

Palabras clave: educación en patrimonio; patrimonio; enseñanza.

Nos anos 2000 o número de cursos de graduação na modalidade a distância vem crescendo vertiginosamente. No último censo realizado pelo MEC (disponível em: http://sistemascensosuperior.inep.gov.br/censosuperior_2011/) sobre os cursos superiores divulgado no fim de 2011, foi observado que houve um aumento considerável de alunos matriculados em instituições que oferecem vagas nessa modalidade de educação. Assim, alguns cursos de licenciatura vêm perdendo seu alunado na modalidade presencial, o qual migrou para a educação a distância (EaD) em decorrência de vários fatores: o valor das mensalidades, a questão da locomoção e o fato de poder estudar em horários diferenciados, de acordo com a agenda pessoal. Muito já foi discutido sobre a qualidade e a eficiência desses cursos e alguns paradigmas já foram quebrados. Tal modalidade exige um perfil diferente do de pessoas que frequentam as salas de aula diariamente, pois demanda algumas competências e habilidades específicas. Nesse caso, destacamos a autonomia, característica imprescindível, pois em muitos momentos o alunado terá de tomar decisões sobre o seu aprendizado sem o auxílio síncrono de seu professor/tutor.

Em cursos de graduação a distância todo o material didático, elaborado pelo professor conteudista e disponibilizado aos alunos, deve estar voltado ao público específico e ao que é essencial a ser mediado. Igualmente, a atuação dos tutores (presenciais e a distância) deve ser frequente, incentivadora e, acima de tudo, direcionada para a construção de um conhecimento por meio de bases colaborativas.

Tendo exposto essas palavras iniciais, ressalto que eu mesma tinha impressões referentes à EaD constituídas somente com base em leituras e conversas. Não conhecia de perto o espaço que ela disponibiliza, por intermédio dos ambientes virtuais de aprendizagem, para uma atuação crítica e reflexiva do professor, ao trabalhar com os alunos o conteúdo das disciplinas. Minha grande preocupação era: é possível ser um professor que promove a reflexão e formar profissionais competentes nessa nova forma de ensinar? Não foi preciso muito tempo para perceber que o ponto central não era o curso a distância e um ambiente virtual, mas a postura profissional. Tal como no modelo presencial, é sempre uma questão de interesse em mediar o conhecimento, por parte do professor, e aprender e aprofundar os conhecimentos, por parte dos alunos. O compromisso com a qualidade do curso, com o processo de ensino-aprendizagem, com a formação dos saberes (reforçando que falo aqui do professor) não é díspar nas duas modalidades.

Tomando agora nosso tema principal, uma inquietação impôs-se ao ver atribuída a mim a tutoria a distância de uma disciplina que versa sobre a questão do patrimônio. Naquele momento, não se tratava de reflexões e de auxílio aos discentes nas discussões historiográficas com as quais estava acostumada. Estava diante de um desafio de não

só mediar um conhecimento de forma diferenciada, mas igualmente incentivar algumas práticas relacionadas à educação patrimonial. Assim, nos últimos três anos, ministrei, para cerca de 30 turmas², a disciplina Patrimônio Cultural: Técnicas de Arquivo e Introdução à Museologia aos discentes do curso de História do Centro Universitário Claretiano (modalidade EaD). Tais turmas são representativas de várias cidades espalhadas em quase todo o Estado brasileiro. Os polos em que elas estão locadas podem ser encontrados em Batatais (cidade sede da instituição), Campinas, São Paulo, Rio Claro, São José dos Campos, Belo Horizonte, Taguatinga, Vila Velha, Cuiabá, Curitiba, São Miguel do Guaporé, Vilhena, Maceió, entre outras. As turmas podem variar entre 10 e 60 alunos.

A disciplina é ministrada para estudantes de diferentes semestres, de acordo com o período de ingresso do alunado, uma vez que, por conta das normas da instituição, ele pode adentrar no curso em bimestres diferenciados (1.º, 2.º ou 3.º) do ano letivo, com o curso em andamento³. Para o acompanhamento da disciplina, os discentes receberam um material didático cujo conteúdo está dividido em seis unidades a serem trabalhadas: Unidade 1 – História e Memória; Unidade 2 – Patrimônio Histórico e Cultural; Unidade 3 – Ações pelo Patrimônio; Unidade 4 – Formas de Proteção; Unidade 5 – Técnicas de Arquivamento; Unidade 6 – Introdução à Museologia. As propostas das atividades a serem postadas na ferramenta portfólio e discutidas na ferramenta fórum encontram-se descritas no Caderno de Atividade e Interatividade. Esse material foi elaborado por Alessandra Baltazar (professora da Universidade de Franca e pesquisadora cultural da prefeitura de Batatais) e validado por outro docente da instituição.

Em uma das discussões propostas na Unidade 1 para debate em fórum⁴, a questão da educação patrimonial veio à tona. Qual a minha surpresa ao ler em alguns dos fóruns (de diferentes turmas) a seguinte pergunta: “Educação patrimonial: o que é isso, professora?”. Embora um levantamento preciso não tenha sido realizado, um percentual próximo a 60% dos discentes (considerando uma média de 200 alunos para cada bimestre em que a disciplina foi ministrada) compartilhava dessa dúvida. Os alunos que a encaminharam (com pequenas variações na escrita da questão) pertenciam às mais variadas regiões do país. Em um primeiro momento, acreditei na possibilidade de esse público ser oriundo apenas de escolas públicas ou privadas de pequenas cidades em que os órgãos de preservação e conservação não atuam diretamente ou com certa assiduidade. Engano e preconceito meu. No decorrer das discussões foi averiguado que o tema educação patrimonial nem sempre é trabalhado, mesmo nas grandes cidades em que temos a frequente ação desses órgãos e há uma política de turismo cultural em que se fazem visitas monitoradas a alguns patrimônios tombados, como é o caso da cidade de São Paulo. Observei, portanto, a tarefa que tinha em mãos (assim como os demais tutores a distância da disciplina): não só explicar o que é educação patrimonial como conjecturar sobre ela e incentivá-la⁵.

Ao mesmo tempo em que esse desconhecimento foi percebido, colocou-se outro tema para reflexão. Para a maior parte dos discentes – e aqui o percentual é ainda maior, cerca

² A disciplina foi ministrada em quase todos os bimestres desde 2009.

³ Diferentes grades curriculares foram elaboradas e adequadas para recebimento dos alunos nos diversos bimestres. Tais adequações foram pensadas e planejadas para que eles não tivessem prejuízos no decorrer do processo de aprendizagem.

⁴ Ferramenta disponível na sala de aula virtual para debates e interatividade mais pontual do tutor. Espaço em que o professor atua de modo mais sistemático e direto com o aluno, onde a maior parte das dúvidas surgidas no decorrer dos estudos pode ser sanada.

⁵ Vale enfatizar que parte dos alunos, ao contrário, possuía um conhecimento, mesmo que não aprofundado, dos assuntos patrimoniais. Outros, ainda, eram funcionários de museus e arquivos públicos, tendo portanto um contato maior e mais direto com a questão que vinha sendo discutida.

de 85% –, memória era sinônimo de rememoração, de lembrança, não possuindo uma materialidade. Documentos e monumentos não eram compreendidos como lugares e/ou suportes de memória, apenas como objetos que nos remetem a determinadas situações ou espaços. A foto é uma foto... a memória é o que vem depois com pouco ou muito esforço. A relação entre memória e documento como estabelecida por Le Goff (1996) não era conhecida. Portanto, a noção de que um resto, como disse Nora⁶ (1993), poderia se tornar documento, não era experienciada. E, por fim, outro dado não refletido pelos discentes, antes da apresentação da disciplina, é que, em certo número de casos, a interpretação que o historiador faz de um dado documento pode não coincidir com as informações explicitadas pela memória (enquanto lembrança). Nesse sentido, há uma assertiva de Detienne (1998, p. 226-227) que nos leva à ponderação: “O ouvido é infiel e a boca é sua cúmplice. Frágil, a memória é igualmente enganadora: ela seleciona, interpreta, reconstrói”.

E o que dizer do esquecimento? Nietzsche (1988, p. 77-78 *apud* BALTAZAR, 2010, p. 13) afirmou: “É possível viver quase sem lembrar, e mesmo viver feliz [...], mas é absolutamente impossível viver sem esquecer”. Se a memória está presente, o esquecimento, do mesmo modo. Seja essa memória compreendida enquanto lembrança ou como materialidade: as pessoas esquecem e a materialidade pode não ser preservada, e sim modificada e mesmo destruída. Mais uma vez os alunos mostraram que não entendiam o esquecimento nesse segundo sentido. A respeito da temática, a professora conteudista da disciplina trouxe as considerações de Ricoeur:

Em seus estudos sobre o esquecimento, Ricoeur afirma que, em um primeiro momento, esse fenômeno foi tido como um dano, uma fraqueza e até como uma lacuna da memória. Posteriormente, o esquecimento foi reconhecido como um benefício da memória, já que é impossível viver sem se esquecer: “o esquecimento pode estar tão estreitamente confundido com a memória, que pode ser considerado como uma de suas condições” (RICOEUR, 2007, p. 435 *apud* BALTAZAR, 2010, p. 13).

E ainda, para a compreensão do que seja educação patrimonial, a disciplina propõe ponderações referentes ao conceito de identidade. Para tanto, o material didático mediacional apresenta trechos da Carta de Brasília, de 1995:

Compreendemos a identidade como uma forma de pertencer e participar. É por isso que somos capazes de encontrar nosso lugar, nosso nome ou nossa personalidade, não por oposição, mas porque descobrimos vínculos verdadeiros que nos ligam ao destino das pessoas com as quais compartilhamos a mesma cultura. [...] Em um mesmo país não há uma única identidade e podem existir identidades conflitantes. As identidades nacionais continuam em processo de formação, o que dificulta ainda mais o estabelecimento de critérios únicos e invariáveis para o autêntico (CURY, 2000, p. 324-325 *apud* BALTAZAR, 2010, p. 18).

Uma reflexão que nos parece bem conveniente e relacionada à passagem anterior foi apresentada por Renato Ortiz em seu livro *Cultura brasileira e identidade nacional* (1985). Em seu último capítulo, intitulado “Estado, cultura popular e identidade nacional”, o autor procurou estabelecer uma estreita afinidade entre as temáticas do popular e do nacional. Um dado interessante colocado por ele foi a busca, efetivada pelo Estado autoritário, em “concretizar a realização de uma identidade ‘autenticamente’ brasileira” (1985, p. 130). O que temos aqui, então, é a visão cultural de um determinado grupo político bem

⁶ “Os lugares de memória são, antes de mais nada, restos...” (NORA, 1993).

diferente daquela pregada na atualidade. Em outras palavras, o autor apresenta-nos um contexto histórico particular em que a definição de uma identidade nacional “autêntica” não considerava a pluralidade cultural de nosso país. Pois bem, temos ciência de que para aqueles anos (1960) o reconhecimento da diversidade cultural não era uma questão simples. Ortiz ainda nos coloca diante de outras reflexões, entre elas:

A questão que se coloca não é de se saber se a identidade ou a memória nacional apreendem ou não os “verdadeiros” valores brasileiros. A pergunta fundamental seria: quem é o artífice desta identidade e desta memória que se querem nacionais? A que grupos sociais elas se vinculam e a que interesses elas servem? (ORTIZ, 1985, p. 139).

Cabe a nós, pesquisadores e professores, levar essas questões não como meras perguntas a serem respondidas, mas como provocações a serem levantadas. Resumindo, no início da disciplina são trabalhadas as relações entre história, memória e identidade.

No trabalho com os discentes, as discussões deram-se em torno das questões da salvaguarda da história e do avigoramento da memória para a constituição da identidade (individual e do grupo). Os debates dos fóruns levaram não só à compreensão dessa tríade como igualmente permitiram abordar temas como: usos do passado, os problemas das fontes como testemunhas, os suportes da memória, a sensibilidade às diversidades culturais e, é claro, a necessidade da preservação e conservação dos patrimônios culturais, sejam eles locais, regionais, nacionais ou da humanidade.

Na continuidade da mediação dos conteúdos da disciplina, foram apresentadas e discutidas as temáticas referentes à origem do patrimônio como conceito e como materialidade, as modificações na compreensão do que deveria ser preservado desde a Antiguidade até o cenário nacional contemporâneo e as categorias dos patrimônios, ou seja, a diferenciação deles entre materiais e imateriais. Obviamente, tais temáticas foram vistas de modo conciso, mas não menos reflexivo e crítico. Nesse ponto, o que se sobressaiu, nas atividades apresentadas em portfólio⁷, foi a “surpresa” da existência dos patrimônios imateriais ou intangíveis e a dificuldade de preservá-los (cerca de 60% dos alunos não tinham conhecimento sobre a existência dessa categoria de patrimônio). O trecho que se segue (retirado das discussões promovidas pela Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, aprovada pela Unesco em 17 de outubro de 2003) foi inúmeras vezes citado e comentado:

As práticas, representações, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (*apud* BALTAZAR, 2010, p. 34).

O deslumbramento dos alunos deu-se pelo fato de serem preservadas e tombadas as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, como também por eles tomarem ciência da existência dos *Livros dos Saberes, das Celebrações, das Formas de Expressão e dos Lugares*. Toda essa novidade possibilitou a construção de um diferente olhar dos discentes

⁷ Ferramenta disponível na sala de aula virtual (SAV) para entrega de atividades escritas solicitadas no Caderno de Atividades e Interatividades.

acerca dos elementos culturais que os rodeavam, bem como fez surgir algumas preocupações com as formas de preservar algo que pode ser modificado continuamente por causa das suas características intrínsecas.

Ainda no tocante ao patrimônio intangível, houve críticas à ação tardia (na visão dos alunos) do governo brasileiro para a viabilização de projetos de identificação, reconhecimento, salvaguarda e promoção dessa dimensão imaterial. Eles se referiam ao fato de apenas nos anos 2000 ter sido criado o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) com o intuito de instituir parcerias com instituições governamentais, não governamentais, universidades e demais agências e organizações ligadas à cultura, pesquisa e financiamento para o fomento e execução de projetos. Ressaltaram que algumas das questões levantadas por Mário de Andrade, em 1937, somente ganharam fôlego nos anos 2000. Não havia muito a dizer aos discentes... muitas de suas indagações tinham razão de ser, e para inúmeras críticas não tínhamos respostas muito convincentes.

Nessa mesma atividade em que tais questões foram colocadas, solicitava-se que fossem apresentados três exemplos de patrimônios materiais e três exemplos dos intangíveis ao final de um texto crítico. Surpresa foi a minha ao saber de tantos patrimônios tombados por todo o Brasil. Muitos tombamentos estaduais e mesmo municipais foram revelados. Os exemplos foram admiráveis. Cada vez mais nossa diversidade cultural nos é exposta como uma de nossas maiores riquezas. E conforme Gonçalves (2003, p. 22) afirmou, fomos nós (tutores e alunos) colocados “diante de uma categoria de pensamento extremamente importante para a vida social e mental de qualquer coletividade humana”. Reafirmamos nossa diversidade cultural e nossa patrimonialidade.

Na Unidade 3 do material didático da disciplina foram contempladas as ações pelo patrimônio: as legislações, as formas de preservação, a criação de órgãos de proteção. As impressões foram direcionadas às teorias de restauro de Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc, de John Ruskin e de Camilo Boito. Os princípios da teoria do restauro criada por este último são:

- 1- autenticidade e acréscimos;
- 2- fazer tudo para conservar o velho aspecto;
- 3- acréscimos não devem imitar o antigo;
- 4- as esculturas não devem ser restauradas de modo algum;
- 5- as pinturas devem ser restauradas o menos possível;
- 6- as intervenções devem ser distintas e notórias;
- 7- as intervenções devem ser limitadas ao mínimo e embasadas (*in* BALTAZAR, 2010, p. 49).

Desses princípios, o que mais chamou a atenção dos discentes foi o item 4. Por que não restaurar as esculturas? Por que a sua exclusão do projeto de manter a memória viva? Eles ressaltaram que, se não houver intervenções, elas podem ficar danificadas de tal modo que perderão suas principais características. No entanto, ao final de alguns esclarecimentos, entenderam que determinadas restaurações, nesse tipo de patrimônio, exigiriam intervenções mais amplas e sérias, o que poderia, também, descaracterizá-lo. Do mesmo modo, compreenderam por meio de leituras indicadas que o que esse restaurador tentou estabelecer foi o respeito pela matéria original, a ideia de reversibilidade, a distinção clara entre as matérias-primas originais e novas e, com isso, a noção de ruptura entre o passado e o presente (GRANATO *et al.*, 2007). Enfim, após o trabalho dessa unidade, muitos alunos informaram que passaram a frequentar mais o endereço eletrônico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) para melhor conhecer quais patrimônios estão sob sua salvaguarda.

Enfim a Unidade 4: formas de proteção. Nesse momento foram apresentados as cartas patrimoniais, o inventário, o tombamento, o restauro, os espaços de memória e a

educação patrimonial. Antes de falarmos sobre este último item, seria interessante destacar as impressões dos discentes sobre o inventário. A eles foram expostas as seguintes funções desse banco de dados, desse primeiro registro que é feito do patrimônio:

- 1- fornecer o conhecimento sobre os bens de interesse de preservação, seu estado de conservação e os fatores de degradação;
- 2- facilitar as ações de preservação no âmbito federal, estadual, regional e municipal por meio da atuação do poder público;
- 3- subsidiar diagnósticos e pesquisas voltadas ao planejamento tanto urbano e regional quanto turístico e ambiental, à Educação Patrimonial, aos programas de revitalização de centros históricos e à salvaguarda das manifestações culturais;
- 4- orientar a atuação dos Conselhos de Patrimônio na definição de áreas e diretrizes de proteção e na mobilização da sociedade civil na salvaguarda de acervos;
- 5- colaborar em pesquisas;
- 6- inibir os roubos, o tráfico ilícito e o desaparecimento de bens culturais (BALTAZAR, 2010, p. 69).

Dentre essas funções, a última foi destacada em vários trabalhos. Os discentes lembraram que, em muitos casos, o que resta do patrimônio é esse registro, daí a grande importância de tal recurso. Ainda ressaltaram o fato de que os inventários são imprescindíveis quando se fala em patrimônio intangível. Afinal, no momento da elaboração deles, uma dada forma de fazer, sentir, viver fica registrada (mesmo que mude após algum tempo)⁸. Alguns estudantes fizeram referência à propaganda televisiva veiculada em vários canais abertos em que a chamada era: *Procurado*. Tal campanha, promovida pelo IPHAN, lançada em outubro de 2007, tinha o objetivo de mobilizar a população na procura pelos bens culturais que teriam sido subtraídos do patrimônio brasileiro. Intitulada de Campanha de Recuperação de Bens Procurados, ela fez parte de “um conjunto de ações desenvolvidas, com vários parceiros, com objetivo de coibir o tráfico de bens culturais, recuperar e devolver aos locais de origem os bens culturais tombados, que foram extraviados, furtados ou roubados”⁹.

Mas se há o problema dos furtos e mesmo da não conservação real de um bem tombado, o que dizer da patrimonialização exacerbada que, segundo Jeudy (2005), espetaculariza a cidade, transformando a cultura num objeto neutro e inerte que, em razão da busca por uma identidade cultural e da alteridade, acaba dando origem a produtos globalizados? Nas palavras do autor, “o mundo deve se tornar um grande museu para que a identidade, a etnicidade, a alteridade não sejam mais do que rótulos, e que a invocação destas últimas sirva sobretudo para o comércio turístico mundial” (JEUDY, 2005, p. 42). Enfim, o processo de patrimonialização das cidades fala realmente em nome da cultura ou do turismo? E aqui podemos retomar uma das indagações de Ortiz: a que grupos sociais ela se prende e a que interesses ela serve?

Chegamos então ao ponto de partida. Quando o tema *educação patrimonial* realmente entrou na pauta das discussões, por meio do conteúdo trabalhado na disciplina, as dúvidas, ou a maioria delas, já tinham sido desfeitas. A pergunta: “*educação patrimonial: o que é isso, professora?*” perdeu sua razão de ser. Após ver a relação entre história e memória, a construção de

⁸ Sobre esse tema foi sugerida aos alunos a leitura do artigo: VIANA, Leticia. **Patrimônio imaterial:** legislação e inventários culturais. A experiência do Projeto Celebrações e Saberes da Cultura Popular. Disponível em: <http://www.cnfcp.gov.br/pdf/Patrimonio_Imaterial/Patrimonio_Imaterial_Legislacao/CNFCP_Patrimonio_Imaterial_Leticia_Vianna.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2009.

⁹ Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=13755&sigla=N oticia&retorno=detalheNoticia>>.

identidades (no plural), as origens do conceito e da prática patrimonial, a criação dos órgãos, das leis e diretrizes para o tombamento, o restauro, a conservação, entre outros tópicos, a expressão supramencionada já tinha adquirido um sentido sem que eu precisasse interferir de modo muito enfático. Por meio dos estudos e das discussões ficou clara a necessidade de elaborar e aplicar propostas de aproximação entre a comunidade e seus patrimônios, ou seja, os próprios discentes deram a definição de *educação patrimonial* como a descoberta, o conhecimento, a aproximação, a compreensão, a valorização e a divulgação de nosso patrimônio (ou do patrimônio em geral) junto à sociedade como um todo, também nos ambientes educacionais formais e não formais. Os alunos entenderam que esse tipo de educação deve ser ministrado desde cedo, já no ensino fundamental. Mas igualmente destacaram que ela também tem seu lugar nos lares, quando da apresentação de álbuns de família, dos móveis antigos, heranças dos avós, para os pequenos.

Outra impressão observada nos trabalhos entregues ou nas discussões dos fóruns foi que não há ações frequentes por parte dos governos (em todas as suas instâncias) para a prática dessa aproximação entre a comunidade e o patrimônio. Pouco se vê ou se lê sobre isso nos principais meios de comunicação. Nesse sentido, as considerações de Oliveira (2008, p. 24 *apud* BALTAZAR, 2010, p. 75) devem ser colocadas em prática o quanto antes:

Há a necessidade de que o ato educativo seja capaz de comover, cativar as pessoas, de tocá-las no que lhes é mais íntimo e precioso, surtindo algum efeito, abrindo espaço para o aprofundamento dos diálogos. Essa comoção pode ser despertada de diferentes formas com o uso da poesia, literatura, exposições, brincadeiras [...]. Sempre com bases, princípios, finalidades, não configuradas em atividades com fins em si mesmas, mas voltadas àquelas proposições caras de transformação cultural, visando um mundo melhor e um futuro aos que vem depois de nós.

Portanto, além das práticas diárias em ambientes não formais de educação e ações do governo e demais instituições, observou-se que um dos fatores da ação da comunidade em geral em ações patrimoniais está relacionado à falta de informação. Tais assertivas vão ao encontro do que disse Funari (2001, p. 4): “há muitos factores que inibem um engajamento activo da gente comum na protecção patrimonial. Em primeiro lugar, há falta de informação e de educação formal sobre o tema”.

Muitas outras considerações mereciam estar presentes neste texto. O interesse dos discentes em saber mais, em aprofundar os conteúdos trabalhados na disciplina, a busca pela indicação de artigos e livros para leituras extras, foram o resultado final. Assim, tenho duas observações a serem feitas. Primeiro, e reforçando o que já disse no início do texto, todo o receio de mediar uma disciplina com tais características na modalidade a distância se esvaneceu logo no início das atividades. Não seria o meio virtual o grande vilão ou o empecilho para discussões críticas referentes ao patrimônio e à educação patrimonial. Ao contrário, os recursos/ferramentas disponíveis no ambiente virtual de aprendizagem facilitaram os debates e se mostraram eficientes. A própria internet foi uma grande auxiliar na mediação do conteúdo, pois foi por meio dela que os discentes descobriram não só novos textos acadêmicos como, principalmente, visualizaram os patrimônios municipais, estaduais, nacionais e da humanidade. Experimentaram passeios virtuais em museus e se encantaram com seus acervos. Em segundo lugar, o apelo ao conhecimento de nossa história ou mesmo de outras culturas fez a função do tutor ficar leve, prática. Ficou evidente que precisamos apenas dar um “empurrãozinho” aqui e outro ali para angariarmos inúmeros voluntários para projetos de educação patrimonial. Afinal, “[...] toda pessoa tem direito a tomar parte livremente na vida da comunidade, a gozar das artes e a participar do progresso científico e dos benefícios que dele resultem” (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948, art. 27¹⁰).

¹⁰ Disponível em: <<http://www.unhchr.ch/udhr/lang/por.html>>.

REFERÊNCIAS

BALTAZAR, A. **Patrimônio cultural**: técnicas de arquivamento e introdução à museologia. Batatais: Ação Educacional Claretiana, 2010.

DETIENNE, M. **A invenção da mitologia**. Tradução de André Telles. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: UnB, 1998.

FUNARI, P. P. A. Os desafios da destruição e conservação do patrimônio cultural no Brasil. **Trabalhos de Antropologia e Etnologia**, Porto, v. 41, n. 1/2, p. 23-32, 2001.

GONÇALVES, J. R. S. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Orgs.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GRANATO, M. *et al.* Restauração do círculo meridiano de Gautier e reabilitação do pavilhão correspondente: Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST). **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 15, n. 2, dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142007000200022&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 mar. 2012.

JEUDY, H.-P. **Espelho das cidades**. Tradução de Rejane Janowitz. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

KÜHL, B. M. Os restauradores e o pensamento de Camillo Boito sobre a restauração. In: BOITO, C. **Os restauradores**. Tradução de Paulo M. Kühl e Beatriz M. Kühl. Cotia: Ateliê Editorial, 2002.

LE GOFF, J. **História e memória**. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. Campinas: Editora Unicamp, 1996.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Sites

DECLARAÇÃO Universal dos Direitos Humanos. art. 27. 1948. Disponível em: <<http://www.unhcr.ch/udhr/lang/por.html>>. Acesso em: 16 mar. 2012.

<<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=13755&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia>>. Acesso em: 16 mar. 2012.

<http://sistemascensosuperior.inep.gov.br/censosuperior_2011/>. Acesso em: 16 mar. 2012.